

Ata da sessão do Grupo de Trabalho 'Relatório de Progresso' Conselho Consultivo da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social 2030

30.07.2026 | 10:00h - 11:30h | 34 participantes

1. Agenda da reunião

No dia 30 de julho de 2026, entre as 10:00h e as 11:30h, realizou-se online a sessão do grupo de trabalho 'Relatório de Progresso' do Conselho Consultivo da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social 2030 (CC EMPIS). Participaram 34 membros do conselho, com a seguinte agenda prevista:

10:00	Boas-vindas e introdução
10:05	Partilha do plano da sessão
10:15	Sessão interativa com votação sobre recomendações e discussão
11:15	Recolha de sugestões de bons exemplos nas várias recomendações discutidas
11:30	Encerramento

2. Enquadramento e objetivo da sessão

A sessão foi conduzida pelo António Miguel, com o apoio do Carlos Azevedo, da Universidade Católica Portuguesa, e da Marta Costa, da equipa da Maze.

Os membros do conselho foram recordados da fonte principal de informação do projeto (<http://www.ccempis2030.com>), onde estão disponíveis o regulamento, o calendário, as atas e a Agenda para o Impacto 2030, documento apresentado em 2022 com 14 recomendações. O mandato do Conselho Consultivo assenta em dois eixos: a análise crítica do progresso da Agenda 2030 e a co-construção da nova Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Inovação Social 2028-2034.

Foi reforçado que a sessão não era focada numa tomada de decisão: o objetivo é recolher a perceção dos membros do conselho quanto ao grau de cumprimento de 8 das 14 recomendações da Agenda 2030, através de votação individual e em tempo real, seguida de discussão em dois blocos. Os resultados da votação e os exemplos partilhados alimentam diretamente o Relatório de Progresso da Agenda 2030, com primeira versão prevista para início de setembro de 2026.

A sessão foi gravada e transcrita.

3. Votação e discussão das recomendações

Cada recomendação foi votada individualmente, através do Mentimeter, numa escala de cinco níveis (sem informação, não houve progresso, houve algum progresso, houve muito progresso, cumprida na totalidade). Após cada bloco de votações, seguiu-se um momento de discussão aberta, onde os membros do conselho puderam fundamentar a sua perceção e partilhar exemplos concretos.

1.3 Simplificar os processos de pedidos de reembolso

41% sem informação | 7% não houve progresso | 41% algum progresso | 11% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

A perceção geral é de progresso, mas com espaço de melhoria. Foi destacada uma redução significativa dos pedidos de documentos e esclarecimentos face ao período anterior, considerando-se razoável a exigência de documentação de despesas, e confirmou-se que as modalidades de custos simplificados já foram contempladas e adotadas nos avisos abertos, embora haja ainda aprovações pendentes. Foi também referida maior facilidade das organizações no processo de candidatura ao

longo do tempo, associada à disponibilidade da EMPIS para esclarecer dúvidas. Foi sublinhada a relevância da simplificação e da capacitação nos territórios rurais, onde os grupos de ação local têm equipas pequenas e pouca disponibilidade para estes temas. Por outro lado, foi assinalado que o processo, apesar de mais simples, continua lento na prática e gera problemas de tesouraria, e que a comunicação em torno do processo é uma limitação, refletindo organizações isoladas no processo, sem o apoio adequado. Entre as causas do atraso foram apontadas as limitações dos sistemas de informação e a falta de recursos nas equipas de gestão, destacando-se como avanço positivo a adoção de uma lógica de gestão baseada no risco.

2.1 Fomentar a criação de novas IIES

42% sem informação | 0% não houve progresso | 35% algum progresso | 23% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

Foi assinalado avanço claro no número de IIES aprovadas, sobretudo na tipologia de parcerias para a inovação social, ainda que a meta prevista para o período não tenha sido atingida. Foi identificada uma tensão entre fomentar novas iniciativas e assegurar a continuidade das existentes, já que muitas candidaturas novas são, na prática, continuações de projetos já financiados. Foi também referida uma perceção de maior conhecimento sobre inovação social fora do setor, tendo sido dado o exemplo da iniciativa da Aldeia da Inovação Social.

2.2 Reforçar a capacitação das IIES

46% sem informação | 15% não houve progresso | 38% algum progresso | 0% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

Foi assinalada uma situação regional no Norte, em que a tipologia de capacitação em inovação social não chegou a ser mobilizada, por prioridade dada a outras tipologias. Ficou claro que faria sentido considerar iniciativas próprias que não decorrem diretamente da Agenda 2030, por ser uma agenda ecossistémica e também porque boas práticas ajudam a redefinir prioridades para a futura Agenda 2040. Foi mencionado o Programa Ímpares (da Fundação Ageas, em parceria com a CUF), criado para capacitar organizações para a escalabilidade, o CONNECT (da Casa do Impacto, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa), focado na transferência de conhecimento do meio universitário para a sociedade civil, e a iniciativa da Fundação “la Caixa”, em parceria com a Fundação Manuel Violante.

3.1 Alargar os incentivos fiscais para a promoção do investimento social

42% sem informação | 47% não houve progresso | 11% algum progresso | 0% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

Foi recordado que já existe um enquadramento de incentivos fiscais para investimento em títulos de impacto social, e que a recomendação previa alargá-lo a outros instrumentos de investimento social. Não houve intervenções focadas nesta recomendação.

3.3 Viabilizar a utilização de ativos não reclamados para canalizar o investimento social

72% sem informação | 28% não houve progresso | 0% algum progresso | 0% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

Foi dado contexto sobre o modelo aplicado no Reino Unido e noutros países, que canaliza para o investimento social o valor de contas bancárias “dormentes” (sem movimento durante um período mínimo, que varia por país); esse capital pode ser devolvido a quem o reclamar através de um fundo intermédio, não se tratando de capital de terceiros sem salvaguarda. Por não estar sujeito às regras dos fundos europeus, permite mais agilidade: candidaturas contínuas, menor exigência de identificação detalhada de despesas. Em Portugal existe legislação sobre bens não reclamados, mas

falta quantificar o valor em causa e regulamentar a sua utilização. Já houve duas reuniões com o Banco de Portugal sobre o tema, com recetividade interna, mas foi indicado que a decisão cabe ao Ministério das Finanças, contacto que não foi possível estabelecer apesar de várias diligências. Foi apontada por um membro do conselho como a recomendação com maior potencial de impacto de curto prazo entre as discutidas.

4.1 Ativar e atualizar a plataforma One Value

47% sem informação | 0% não houve progresso | 32% algum progresso | 21% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

Não houve intervenções focadas nesta recomendação.

4.3 Formar e capacitar entidades públicas para a temática da contratualização por resultados

82% sem informação | 18% não houve progresso | 0% algum progresso | 0% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

Não houve intervenções focadas nesta recomendação.

4.4 Criar um programa de representantes da Administração Pública junto da EMPIS

53% sem informação | 11% não houve progresso | 32% algum progresso | 5% muito progresso | 0% cumprida na totalidade

Não houve intervenções focadas nesta recomendação.

4. Boas práticas partilhadas para o Relatório de Progresso

- **Programa Ímpares** (Fundação Ageas, em parceria com a CUF): capacitação de iniciativas de inovação social para a escalabilidade.
- **CONNECT** (consórcio Casa do Impacto, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa): transferência de conhecimento do meio universitário para a sociedade civil, com conclusão prevista para 2027.
- **Miles** (Fundação “la Caixa”, em parceria com a Fundação Manuel Violante): identificada como exemplo a considerar para o relatório.

Ficou acordado que a Maze fará follow-up por email às entidades mencionadas, para reunir informação adicional sobre estas e outras iniciativas a incorporar no Relatório de Progresso. Foi reforçado o pedido de partilha de iniciativas e boas práticas alinhadas com as recomendações, por e-mail, após esta sessão de trabalho.

5. Discussão transversal

Freguesias e municípios como parceiros de proximidade. A Associação Nacional de Freguesias destacou que o trabalho das juntas em inovação social é feito de forma isolada e nem sempre considerado nestes exercícios, defendendo a sua capacitação e integração na estratégia nacional, com o exemplo de um projeto próprio de apoio a cerca de 250 seniores, e propondo a criação de um consórcio de freguesias para agregar boas práticas hoje dispersas. Uma autoridade de gestão regional reforçou a importância dos municípios para a sustentabilidade dos projetos, e mais do que uma entidade sublinhou o papel das freguesias como ator local relevante e muitas vezes esquecido.

Rede de conhecimento e expertise empresarial. Uma empresa propôs reforçar o trabalho em rede, colocando à disposição das organizações o seu know-how em áreas como jurídica, financeira, engenharia, saúde e comunicação, numa base pro bono.

Setor público e continuidade institucional. Uma entidade do setor público considerou que o avanço em incentivos fiscais e ativos não reclamados depende sobretudo de decisão política, sugerindo formas de pressão conjunta por parte do conselho. Descreveu algum impacto nas relações diretas entre a EMPIS e os institutos públicos, agravado por mudanças de governo, e referiu que recebe muitos pedidos de organizações cujo financiamento terminou, frequentemente fora do seu âmbito de atuação, sentindo pouco progresso nas questões de capacitação, sustentabilidade e continuidade de parcerias. Anunciou um evento a 22 de setembro, para reforçar a capacitação em contratualização por resultados.

Comunicação e visibilidade dos resultados. Uma fundação notou que a falta de comunicação de resultados e impactos junto das comunidades, municípios e freguesias dificulta a escalabilidade dos projetos e a procura de novas fontes de financiamento.

6. Próximos passos

- Pedido reforçado a todos os membros do conselho: partilha de boas práticas e informação sobre iniciativas próprias ou de outras entidades que possam contribuir para o Relatório de Progresso, mesmo quando não decorram diretamente da Agenda para o Impacto 2030. Toda a informação que considerem relevante pode ser enviada para o e-mail: marta@maze-impact.com.
- Primeira versão do Relatório de Progresso: início de setembro de 2026, para recolha de feedback dos membros do Conselho Consultivo.
- Versão incorporando o feedback: para discussão na reunião plenária de 10 de dezembro de 2026.
- Próximas sessões de grupos de trabalho: 24 de setembro (Setor público), 22 de outubro (Investidores sociais) e 19 de novembro (Capacitação e empreendedores de impacto).